

Apollo 17 Participações S/A

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Apollo 17 Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Apollo 17 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período compreendido entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a light grey circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Apollo 17 Participações S/A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	353
Total do ativo circulante		<u>353</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>353</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante		
Fornecedores		4
Obrigações tributárias		49
Total do passivo circulante		<u>53</u>
Patrimônio líquido	5	
Capital social		1.100
Prejuízos acumulados		<u>(800)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>300</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 17 Participações S/A

Demonstração do resultado

Período compreendido entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Período entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020</u>
<u>Despesas operacionais</u>		
Despesas administrativas	6	<u>(800)</u>
<u>Prejuízo do período</u>		<u>(800)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 17 Participações S/A

Demonstração do resultado abrangente

Período compreendido entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Período entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020
Prejuízo do período	(800)
Outros resultados abrangentes	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(800)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 17 Participações S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período compreendido entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital social	5	1.100	-	1.100
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>(800)</u>	<u>(800)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>1.100</u>	<u>(800)</u>	<u>300</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 17 Participações S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período compreendido entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	Período entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período		(800)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores		4
Obrigações tributárias		49
		<hr/>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(747)
		<hr/>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	5	1.100
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.100
		<hr/>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		353
		<hr/>
Varição no caixa e equivalentes de caixa		
No início do período		-
No fim do período		353
		<hr/>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		353
		<hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Apollo 17 Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000.

A Companhia foi constituída em 15 de junho de 2020 sob a denominação de SF 213 Participações Societárias S.A., tendo por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

Em 08 de setembro de 2020 a Companhia foi adquirida pelo fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações - IE, e passou a denominar-se Apollo 17 Participações S/A.

1.1 Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o período entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 21 de maio de 2021.

1.2 Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

A Companhia instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passou a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi enviado por e-mail os protocolos de higienização e a adoção de álcool em gel em todos os ambientes.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico e contábil em suas demonstrações financeiras do período entre 08 de setembro e 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a avaliação da necessidade de Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, *valor justo de instrumentos financeiros* e provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas e estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.1. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do período foram mensuradas ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real Anual.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por caixa e equivalentes de caixa.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por fornecedores

2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.6. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021

A Companhia avaliou os impactos da adoção a partir de 1º janeiro de 2020 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 (R1));
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 (R1) e CPC 23);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)); e
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework)

2.7. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB– *International Accounting Standards Board* e não vigentes

Adicionalmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro (IFRS 4) para o CPC 50 Contrato de Seguro (IFRS 17);
- Alterações ao CPC 26 e IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao CPC 25 (IAS 37): Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato;

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do período quando identificadas.

b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) *Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações são fundos de investimento em renda fixa com liquidez imediata, se referem a aplicações automáticas vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

Descrição	2020
Bancos aplicações financeiras	353
Total	353

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020.

5. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado e subscrito é de R\$ 1.170 dividido em 1.170.000 ações ordinárias nominativas e o capital social integralizado é de R\$ 1.100.

Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações - IE	1.170.000	100,00%
	1.170.000	100%

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O prazo para a integralização das totalidades das ações é em 31 de dezembro de 2021.

Movimentação do capital social:

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

A Companhia foi constituída em 15 de junho de 2020 sob a denominação de SF 213 Participações Societárias S.A. O capital social inicial foi de R\$ 0,4, dividido em 400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$ 1,00.

Em 08 de setembro de 2020 a Companhia foi adquirida e mudou a razão social para Apollo 17 Participações S/A.

Em 19 de novembro de 2020, a Companhia realizou um aumento de capital de R\$ 69,6, dividido em 69.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$ 1,00.

Em 03 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou o capital para R\$ 1.170 com um aumento de capital de R\$ 1.100, dividido em 1.100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$ 1,00, e o capital social integralizado é de R\$ 1.100 dividido em 1.100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, e o valor de R\$ 70 dividido em 70.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal a ser integralizado até 31 de dezembro de 2021.

Descrição	Data	Ações	Capital social
Aumento de capital	03/12/2020	1.100	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.100	1.100

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A companhia apurou prejuízos no período de 2020, não constituindo assim reserva legal.

Remuneração dos administradores

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

6. Despesas gerais

As despesas gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

	31/12/2020	
	Gerais e administrativa	Total
Serviços auditoria e consultoria	(76)	(76)
Serviços advocatícios	(721)	(721)
Outras despesas operacionais	(3)	(3)
Total	(800)	(800)

7. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

A Companhia não tem riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

8. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);

Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31 de dezembro de 2020.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

9. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

(i) Riscos de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

(ii) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da companhia.

10. Eventos subsequentes

A controladora da Companhia Perfin Apollo Energia FIP-IE iniciou processo de obtenção de anuências para a integralização da sua subsidiária integral CGI – Transmissora Campinha Grande Igarçu S.A. (“CGI”) na holding Apollo 17 Participações S.A., que também tem 100% de suas ações detidas pelo Fundo. Para a conclusão deste processo, ainda será necessária a anuência do Banco do Nordeste – BNB, credor da CGI.

* * * *

Ayla Maria Candido Vieira
Controller
Contabilista – CRC CE-012737/O-6

Ralph Gustavo Rosenberg
Diretor Administrativo Financeiro